

Debates no canal CPLP Fevereiro a Junho de 2017



uma parceria entre a ACTUAR e o Land Portal



Chamada para o debate!

A [ACTUAR](#) e a Fundação [Land Portal](#) convidam todos os membros da Comunidade Terra da [CPLP](#)¹, envolvendo Organizações da Sociedade Civil, Organizações não-Governamentais e Organizações de Base, bem como Indivíduos e Comunidades, Locais, Académicas e Empresariais, e Órgãos Públicos, bem como Profissionais de Média e Jornalistas, e outros (as), **a participar no Ciclo de Debates sobre o Pacto para a Melhoria da Governança da Terra na CPLP**, com vista a uma melhor compreensão das expectativas e das necessidades de todos os elementos envolvidos no sistema de segurança alimentar e nutricional das populações da região e nos seus países membros, contribuindo para a melhoria da Governança de Terras na CPLP, em conformidade com as [Diretrizes Voluntárias de Governança Responsável de Terras, Pescas e Recursos Florestais no contexto da Segurança Alimentar Nacional – VGGT](#), e visando cumprir a Agenda 2030 para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Sinopse

Para sustentar e consolidar os processos de convergência da política de segurança alimentar e nutricional em curso na [CPLP](#), propõe-se debater a estrutura / mecanismo de acompanhamento e de relatório sobre a adoção e implementação dos princípios das [Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais no contexto da Segurança Alimentar Nacional da CPLP](#) (VGGT) nos territórios nacionais, consolidando o Pacto para a Melhoria da Governança da Terra na CPLP. Este consenso foi decidido em Setembro de 2016 no [II FAFSAN - CPLP](#), em Lisboa, onde estiveram presentes Embaixadores e representantes da presidência da CPLP, bem como representantes dos mecanismos da sociedade civil, universidades, parlamentares e do sector privado para as relações com a [CONSAN-CPLP](#)², onde acordaram esforços conjuntos no reforço dos quadros de governança existentes relativos à posse da terra. Como todos os países da CPLP assinaram a adoção e aplicação das Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Terra (VGGT), foi decidido adotar as VGGT como o quadro comum para monitorar a governança de terras, e referida a necessidade de criar uma estrutura específica dentro do CONSAN-CPLP para prosseguir em conformidade e produzir o Relatório ao Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS)³.

¹ CPLP: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

² O [CONSAN](#): Conselho Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP é a instância política da CPLP que preconiza a estratégia comum de segurança alimentar e nutricional ([ESAN-CPLP](#))

³ O [Comitê de Segurança Alimentar Mundial \(CFS\)](#) é a plataforma internacional e intergovernamental mais inclusiva para que todas as partes interessadas trabalhem em conjunto para garantir a segurança alimentar e nutricional para todos. O Comitê presta contas à Assembleia Geral das Nações Unidas através do [Conselho Económico e Social \(ECOSOC\)](#) e da [FAO](#)

[1] INTERVENÇÃO DA CPLP

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

“Esta estrutura coerente e articulada de governança a vários níveis para a segurança alimentar e nutricional poderá também contribuir para aumentar a eficácia do CFS, incluindo a implementação das Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Terra.

Um exemplo bastante recente é o pacto de atores não estatais para melhorar a governança da terra. A ideia é apoiar cada Conselho Nacional na discussão e produção de um relatório anual sobre a governança da terra. Este relatório seria validado por todas as partes interessadas e submetido ao Conselho da CPLP. Isso permitiria à CPLP estar em melhores condições, por exemplo, para fornecer relatórios regulares e mais harmonizados ao CFS sobre a situação na nossa região.”

Tradução livre da intervenção da CPLP na assembleia plenária do CFS43, em Roma, a 19 de Outubro de 2016 (o sublinhado foi adicionado)

De assinalar a declaração articulada [1] que foi apresentada pela [Direção de Cooperação da CPLP](#) à Reunião Plenária do CFS 43, "Acompanhamento da Implementação das Decisões e Recomendações do CFS: Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Terra - Evento Temático Global", onde (...) "A ideia é apoiar cada Conselho Nacional na discussão e produção de um relatório anual sobre a governança da terra".

No sentido de construir uma base comum para resolver estas e outras questões sobre a Governança da Terra, a [ACTUAR](#)⁴ e a [Fundação Land Portal](#) promovem este **Ciclo de Debates sobre o Pacto para a Melhoria da Governança da Terra na CPLP**, organizando de Fevereiro a Junho de 2016 cinco debates temáticos, acolhidos pelo

[canal CPLP do Land Portal](#), aguardando com expectativa o aprofundamento do conhecimento sobre a melhoria de Governança da Terra na CPLP e o impulso da luta contra a fome pelo direito à segurança alimentar e nutricional (SAN).

Situação atual

A segurança alimentar e a erradicação da fome estão, na maioria dos casos, diretamente relacionadas com o acesso à terra e outros recursos naturais, assim, com à eficácia de modelos específicos de governança de terras adotados num dado território. O reconhecimento dessa relação e sua universalização, abordando também questões de boa integração social e ambiental, foi materializada

Princípios chave

- Princípio 1: Plataformas inclusivas de multi-interesses sociais e económicos
- Princípio 2: Reconhecimento dos direitos consuetudinários e da posse informal
- Princípio 3: Igualdade de Género
- Princípio 4: Proteção contra a apropriação abusiva de terras
- Princípio 5: Administração efetiva de terras
- Princípio 6: Mecanismos de resolução de conflitos

nas [Diretrizes Voluntárias de Governança Responsável de Terras, Pescas e Recursos Florestais no contexto da Segurança Alimentar Nacional](#) (VGGT), aprovadas pelo Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS) em Sessão Especial em Maio de 2012.

A implementação e a adoção efetiva desses princípios exigem, como mencionado no documento, que "todas as partes, incluindo

as organizações da sociedade civil e o setor privado, sejam encorajadas a usar esforços de colaboração para promover e implementar essas Diretrizes de acordo com as prioridades e contextos nacionais. Todas as partes são incentivadas a divulgar informações sobre a governança responsável de posse da terra, a fim de melhorar as práticas." ([FAO/CFS; Part 7; 26.5; p. 40; Rome, 2012](#)).

Esta perspetiva foi reforçada no [CFS 43](#), onde, entre outras decisões e recomendações relevantes, de 17 a 21 de outubro na sede da FAO em Roma, o Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS) referiu os *“Termos de referência para o intercâmbio de experiências e boas práticas na aplicação das decisões*

⁴ Secretariado Técnico do [MSC-CONSAN/CPLP](#)

[e recomendações do CFS](#)⁵ "[em inglês] (...) e, na Primeira sessão temática global sobre o acompanhamento da implementação das VGGT, apresentaram e discutiram *"Experiências e boas práticas na utilização e aplicação das diretrizes voluntárias sobre governança responsável de posse de terra, pescas e florestas no contexto da segurança alimentar nacional (VGGT)"*⁶ [em inglês], apontando caminhos para a adoção geral e a implementação efetiva das VGGT.

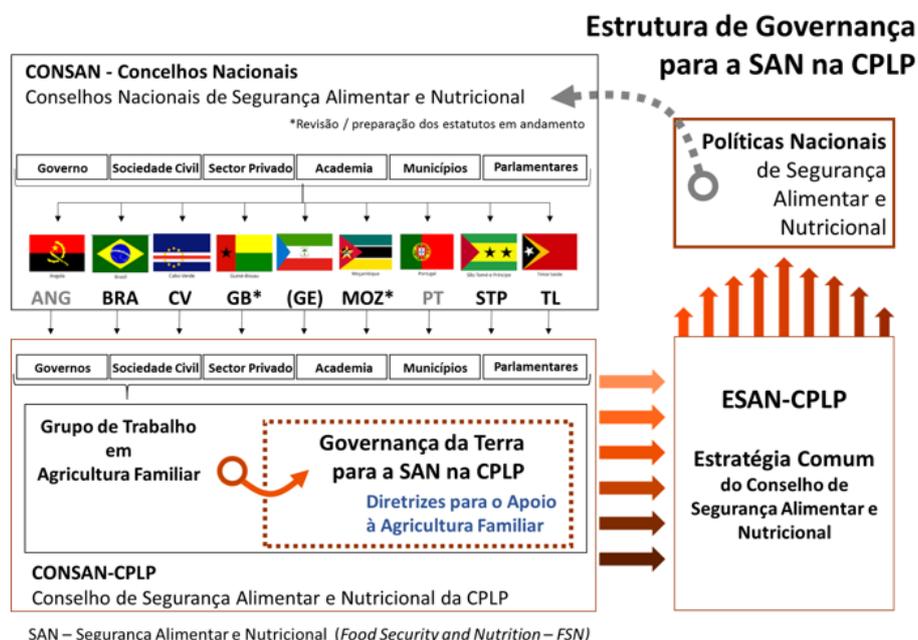


Fig.1 - Estrutura de Governança da Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP e a Governança da Terra, promovida pelas Diretrizes para o Apoio à Agricultura Familiar nos países membros da CPLP, do CONSAN.

A segurança no acesso à terra desempenha um papel fundamental na segurança alimentar e nutricional (SAN), e questões ainda relevantes relacionadas com a SAN na CPLP são de alguma forma consequência da falta de reconhecimento do valor estruturante da Agricultura familiar, 15 milhões de pessoas que na CPLP produzem 76% das produções agrícolas nacionais, bem como do desrespeito dos direitos consuetudinários e da posse informal, da desigualdade de género no acesso à posse da terra, da ocupação abusiva de terras e da por vezes ineficaz Administração de Terras, e outros, portanto, uma robusta estrutura de informação sobre questões de governança de terras à luz das VGGT deve ser criada, para dar resposta e conciliar as necessidades dos diferentes atores relevantes em jogo, Agricultura Familiar, Sociedade Civil, Setor Privado, Academia, Municípios e Governos.

DIRETRIZES PARA O APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR NOS PAÍSES MEMBROS DA CPLP

[Parte 6. "Acesso à terra e outros recursos naturais"; ponto 6.1]

"Os Estados-Membros devem aplicar, com carácter prioritário, as Orientações Voluntárias para a Governação Responsável das Terras, as Pescas e os Recursos Florestais no contexto da Segurança Alimentar Nacional e elaborar relatórios nacionais de acompanhamento, que poderão também apoiar a CONSAN-CPLP, com o objetivo do aprofundamento da convergência política, do intercâmbio e da cooperação nesta área."

CONSAN - November, 2016

A CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa, é uma organização intergovernamental / fórum multilateral composta por 9 países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial,

⁵ [Terms of reference to share experiences and good practices in applying CFS decisions and recommendations](#)

⁶ [Experiences and good practices in the use and application of the voluntary guidelines on the responsible governance of tenure of land, fisheries and forests in the context of national food security \(VGGT\)](#)

Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste; que concordaram em erradicar a fome nos Estados membros da CPLP e em assegurar que o Direito Humano à Alimentação Adequada seja consagrado nas Constituições dos seus Estados-Membros.

A Estratégia Comum de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP) centra-se na melhoria da Governança a vários níveis (Local/ Nacional/ Regional), no apoio imediato e sustentável às populações vulneráveis e no aumento da produção alimentar baseada em modelos sustentáveis de produção, transformação e distribuição, com uma ampla participação dos pequenos agricultores.

De assinalar que todos os países da CPLP assinaram e concordaram na adoção e implementação das VGGT.

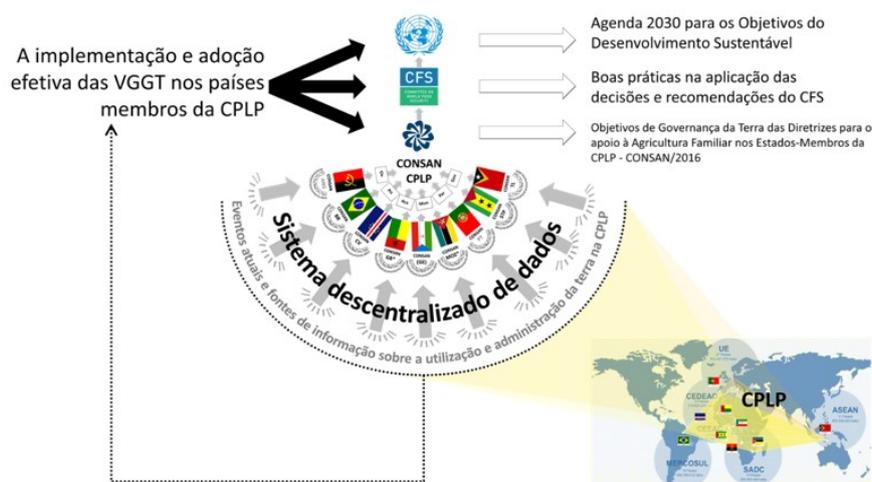


Fig.2 – Estrutura de dados multilaterais descentralizados no cerne da Governança da Terra eficaz.

O Pacto em debate

Em Setembro de 2016, no II FAFSAN - CPLP (II Fórum da Agricultura Familiar e da Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) em Lisboa, o mecanismo da sociedade civil da CPLP para as relações com o CONSAN-CPLP (MSC-CONSAN / CPLP) convidou os Embaixadores da CPLP acreditados em Lisboa e representantes da Presidência da CPLP, bem como representantes dos outros atores com um papel na ESAN-CPLP, as universidades, os parlamentares e o sector privado que, no âmbito de uma proposta estabelecida pelo MSC-CONSAN / CPLP, acordaram num **Pacto para a melhoria da Governança da Terra nos Estados membros da CPLP**, através do reforço dos quadros de governança existentes, nomeadamente a criação de Plataformas/Comissões Nacionais de Concertação/ Negociação sobre terras por país, a fim de discutir e produzir relatórios anuais nacionais e regionais sobre a Governança da Terra, a apresentar pela CPLP ao CFS.

Programa* dos Debates

O sucesso do Pacto pela melhoria da Governança da Terra na CPLP exige o aprofundamento de discussões multilaterais detalhadas, pelo que a parceria entre a ACTUAR e a Fundação Land Portal promove cinco abordagens críticas para a implementação das VGGT no aperfeiçoamento da Governança da Terra na CPLP. De **janeiro a junho de 2017**, cinco debates abordarão cinco campos de ação ⁷ para a adoção e aplicação das VGGT, de acordo com a seguinte sequência *:

⁷ In: [Experiences and good practices in the use and application of the voluntary guidelines on the responsible governance of tenure of land, fisheries and forests in the context of national food security \(VGGT\)](#); CFS43, 2016.

- 1. Como assegurar que os princípios das VGGT sejam bem conhecidos e efetivamente compreendidos e adotados pelos agentes governamentais e pelas populações afetadas?

Fevereiro - Sensibilização: Diretrizes VGGT - O que são, porque existem e como se aplicam

- *Debate Centrado no modo de sensibilização de uma vasta gama de partes interessadas nas VGGT em questões de governança de posse da terra, em especial da sociedade civil e dos governos nos diferentes países da CPLP*⁸;

- 2. Como avaliar e reportar a adoção e implementação de princípios das VGGT nos diferentes contextos a nível local, nacional e regional, pela maioria de todos os atores envolvidos na governança de terras?

Março - Desenvolvimento de capacidades: Como avaliar e relatar

- *Debate visando identificar a melhor resposta à necessidade de proporcionar o fortalecimento das capacidades das partes interessadas nos países membros da CPLP para implementar as VGGT. Fortemente ligado à conscientização, visa uma ampla gama de potenciais interessados, especialmente agricultores familiares, a sociedade civil, governos e líderes de comunidades afetadas por questões relacionadas com a posse de terras*⁹:

- 3. Como estruturar a plataforma multilateral de Governança da Terra para produzir análises, indicações e posicionamentos no diálogo informado com os seus governos?

Abril - Desenvolvimento e consolidação de plataformas multilaterais: Estruturas e funções

- *Debate focado no estabelecimento de plataformas permanentes institucionalizadas, que são vistas como um meio de garantir a implementação efetiva das VGGT*¹⁰;

- 4. Como recolher, classificar, compartilhar e debater dados, informações, documentos e notícias sobre a governança da terra e as VGGT em fontes multilaterais, ligando todos os atores e fundamentando a defesa de políticas e legislação adequadas e confiáveis?

Maior - Reforma dos quadros jurídicos e políticos: articulação entre fontes multilaterais

- *Debate centrado na integração das VGGT nos quadros jurídicos e políticos*¹¹ Nacionais e Regionais;

- 5. Como estruturar e dar apoio técnico a redes de dados de avaliação descentralizada independentes, envolvendo todas as partes interessadas e beneficiários, incluindo os mais vulneráveis, assegurando os canais de comunicação mais adequados?

Junho - Operacionalização das VGGT: Repertórios e descentralização

- *Debate orientado para a implementação no terreno, tomando medidas concretas para promover o uso prático das VGGT e ajudando as comunidades na obtenção de direitos à terra*¹².

⁸ O que escolher de entre o *mix* de instrumentos de divulgação para cada contexto nacional/territorial? Reuniões específicas para explicar os principais princípios da VGGT? Campanhas de média, incluindo emissões de rádio e televisão? Estudos de caso para documentar a existência de problemas relacionados com a posse? Elaboração e distribuição de documentos relacionados com as VGGT em línguas locais e publicações breves de fácil leitura? Outros?

⁹ Precisar que planos de Formação e *workshops* sobre quais temas relacionados com as VGGT e aplicações práticas; Que cursos *online* e/ou *offline* de e-learning para atingir um leque muito amplo de interessados; Que apoio técnico aos governos; Que outras ações de capacitação?

¹⁰ Como incentivar os atores relevantes a unir esforços para alcançar objetivos comuns relacionados à Posse da Terra em cada contexto local/ nacional/ regional? Concretamente, esta abordagem concentra-se em reunir todas as partes interessadas relevantes para definir conjuntamente a visão, as prioridades e as estratégias coletivas para uma governação responsável da terra e monitorizar o progresso e o cumprimento da VGGT.

¹¹ Como organizar Grupos de nível Ministerial / Fóruns Governamentais que se reúnam regularmente para abordar questões comuns de Governança de Posse da Terra? Como proceder à análise de situações de Posse da Terra e preparação de documentos de posição sobre leis e políticas? Como identificar lacunas que avaliem a conformidade das leis e políticas com os interesses das partes e com as VGGT? E como promover atividades de advocacia, orientadas principalmente para a tomada de posição pelos governos?

¹² Com que prioridade proceder ao Mapeamento de Conflitos, Mapeamento de Terra e Demarcação de Fronteiras? Como estabelecer Mecanismos de Resolução de Conflitos? Que experiências-piloto realizar para testar a implementação de novas leis / políticas? Como desenvolver novos sistemas de registo de posse e facilmente acessíveis por todos os interessados?

* Este programa poderá ser adaptado à dinâmica dos debates em curso, introduzindo novos temas ou agregando outros.

Agendamento dos debates

Este ciclo de eventos é, em primeiro lugar, anunciado em termos gerais em dezembro de 2016 e, mais incisivamente, a partir de janeiro de 2017, divulgando os debates e precisando seus requisitos.

A comunidade mais ampla que depende da terra, da pesca e dos recursos florestais, e outros, no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional Nacional, será convidada a participar nos debates, visando particularmente a agricultura familiar, a sociedade civil, o setor privado, as universidades, os municípios, os parlamentares e os governos.

Peritos sobre os diversos aspetos de Governança da Terra na CPLP abordados neste ciclo serão convidados a participar exprimindo as suas perspetivas em cada debate específico, mas é fundamental cobrir todas as perspetivas de debate de todos os grupos de interesse, envolvendo todos os interessados e beneficiários, incluindo os mais vulneráveis, e promover os melhores arranjos para melhorar a governança da terra nos seus territórios.

Tabela 1: Temas de medidas para a implementação das VGGT em debate e respetivo calendário

| 2016/2017 Atividades* | Dez | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun |
|---|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Dezembro – Pré lançamento | 1 | | | | | | |
| Janeiro - Lançamento | | 1 | | | | | |
| 1. Fevereiro - Sensibilização: Diretrizes VGGT - O que, porque e como | | | 1 | | | | |
| 2. Março - Desenvolvimento de capacidades: Como avaliar e reportar | | | | 1 | | | |
| 3. Abril - Desenvolvimento de plataformas multilaterais: Estruturas e funções | | | | | 1 | | |
| 4. Maio - Reforma dos quadros jurídicos e políticos: Articulação de fontes multilaterais | | | | | | 1 | |
| 5. Junho - Operacionalização do VGGT: Repertórios e descentralização | | | | | | | 1 |

* Este programa poderá ser adaptado à dinâmica dos debates em curso, introduzindo novos temas ou agregando outros não identificados.

Cada debate será registrado e produzirá um relatório sobre os resultados e as conclusões e recomendações alcançadas, contribuindo para um relatório final geral sobre a melhoria de Governança de Terras na CPLP, adequando e conciliando as necessidades dos diferentes atores e organizações em jogo, Agricultores Familiares, Sociedade Civil, Setor Privado, Academia, Municípios e Governos.